

*Liquidações Extrajudiciais, Privatizações e
Globalização Financeira no Brasil: A crise do setor
público financeiro na era do Real*

Artigo publicado na Revista Ciência Geográfica Nº15, Bauru, São Paulo, 2001.

Hindenburg Francisco Pires

Geografia - UERJ

hpires@uerj.br

ABSTRACT:

This article examines the most important brazilian service sector, the banks. It is an attempt to challenge the strong ideology of positive results of globalization and privatization processes through PROER in the brazilian banking system. The proposal is to present issues and to desmyth what was the "Real" politic action in the Fernando Henrique Cardoso's administration to destroy and to internationalize more than one hundred four financials institutions and five brazilians large financial conglomerates in the public and private sectors, at the second half of 90 years in this *fin de siècle*. This work also reveals that it is the first time a brazilian government compromised the capital account country.

KEYWORDS:

Comercial Banks; Banking System; Financial Conglomerates; Globalization; Privatization; Financial Internationalization; Geography.

RESUMO:

Este artigo examina o mais importante setor de serviço brasileiro, os bancos. É um esforço para desafiar a forte ideologia dos resultados positivos dos processos de globalização e privatização através do PROER no sistema bancário brasileiro. A proposta é apresentar questões e desmistificar o que foi a "Real" ação política da administração de Fernando Henrique Cardoso para destruir e internacionalizar mais de cento e quatro instituições financeiras e cinco enormes conglomerados financeiros brasileiros no setor público e privado, na segunda metade dos anos 90 neste *fin de siècle*. Este trabalho também revela que é a primeira vez que um governo brasileiro comprometeu a conta capital do país.

PALAVRAS CHAVES:

Bancos Comerciais; Sistema Bancário; Conglomerados Financeiros; Globalização; Privatização; Internacionalização Financeira; Geografia.

1. Introdução

A história recente do desenvolvimento do sistema financeiro brasileiro é constituída de quatro grandes fases de transformação dos processos de gestão e de cultura organizacional (Cf. PIRES, 1997).

Este artigo tem como cenário parte da terceira fase, mas dedicar-se-á, em termos de investigação e análise a quarta fase referente ao segundo lustro do plano Real, ou seja ao estudo do processo de globalização desconglomerativa do sistema financeiro nacional, o mais importante setor de serviços do Brasil, em números de empregados e em participação no PIB. Em 1990 esta participação correspondia a 12,78%, em 1995 passou a ser de 6,94% do PIB (ANDREZO, 1999: 274).

A primeira fase representa o início da gênese da automação bancária - 1964/73, baseada em grandes mainframes e no desenvolvimento de minicomputadores, caracterizada pela gestão financeira taylorista, que corresponde à intensificação da concentração territorial bancária. A etapa da gestão financeira taylorista e concentrativa se estendeu de 1945 a 1973. Representou o período em que as instituições financeiras de varejo experimentaram o começo de uma extraordinária dispersão territorial, no qual o desenvolvimento da tecnologia de informação, baseada em grandes *mainframes* e centros de processamento de dados (CPDs), era um dos principais fatores de limitação espacial de



apropriação de parcela do mercado interno de circulação de ativos de papéis. O estabelecimento de reformas bancárias, de políticas tributárias, de poupança compulsória e de endividamento, reforçou conjuntamente com crescimento econômico o ímpeto inflacionário. O crescimento da inflação, o aumento da circulação de ativos de papéis, a Política Nacional de Informática contribuíram para a dispersão territorial das atividades financeiras. Os bancos de varejo adotaram economias de escala (crescimento horizontal) com baixo desenvolvimento da tecnologia de informação, a comunicação que era estabelecida entre as agências e os bancos de diferentes localidades não se realizava em tempo real ou instantâneo.

A segunda fase promoveu a dispersão territorial oligopolizada e confinada da automação bancária --1974/86 a gestão financeira fordista, baseada no desenvolvimento da tecnologia de informação e da microcomputação, correspondente a passagem da fase de concentração para a de conglomeração. Na etapa da gestão financeira fordista e conglomerativa, as instituições financeiras de varejo redimensionaram os seus espaços de atuação. As políticas protecionistas do Banco Central (BC) e a Lei de Informática, favoreceram o crescimento dos Grandes Conglomerados Financeiros (GCFs), o que resultou no aumento do número de fusões, de incorporações e do extraordinário crescimento do número de agências bancárias no território. A inflação continuou alimentando por depósitos não-remunerados (receita de *float*) e os ganhos dos bancos de varejo, juros extorsivos e lucros exorbitantes pautaram a escalada desses bancos. Enquanto os bancos de varejo expandiam suas atividades, através do uso de economias de escala com alto desenvolvimento da tecnologia de informação e comunicação, começando a se desenvolver em tempo real, os bancos de atacado e de investimento adotaram estratégias territoriais seletivas diferenciadas de apropriação de grandes volumes financeiros no território através de economias de escopo (crescimento vertical).

A terceira fase constituiu-se pela reestruturação inovativa e desregulamentativa da automação bancária (AB) -- 1987/94 e caracterizou-se pela gestão financeira flexível, baseada no desenvolvimento dos usos da microcomputação, na introdução de servidores de rede e no crescimento das tecnologias de *Remote Banking*. Esta fase representa o início da adoção de medidas de reorganização de logística territorial, provocadas pela reestruturação inovativa. Esta etapa sob a égide do BC e do Conselho Monetário Nacional (CMN), tendo como meta a inserção competitiva do setor bancário através da abertura do sistema financeiro e a ampliação da participação das grandes instituições financeiras do exterior. Nesta etapa de profundo crescimento da competitividade interbancária e do novo cenário de continuidade das políticas neo-liberais desregulamentativas destrutivas, os agentes produtores vinculados aos GCFs de varejo foram impelidos pela concorrência global de produtos de AB a acirrar as disputas pelo mercado de AB, a constituir estratégias de *joint venture* com empresas de capital externo, a adotar procedimentos de reestruturação organizacional e a realizar medidas de redução do emprego. À semelhança das estratégias de gestão adotadas pelos GCFs de atacado ou de investimento, os bancos de varejo estão enxugando os seus quadros funcionais e reorganizando suas atividades administrativas, passando a adotar economias de escopo com altíssimo de grau desenvolvimento da tecnologia de informação.

A quarta fase corresponde a globalização desconglomerativa do sistema financeiro nacional – 1995/99, esta etapa é caracterizada pelo crescimento de privatização, pela ampliação da participação do capital financeiro internacional, pelo aumento de liquidações extrajudiciais de importantes conglomerados nacionais. A política de estabilização



monetária, implementada durante o plano real, é o fundamento e pano de fundo dessas transformações e o cenário dessa reestruturação.

Quando se examina hoje a relação existente entre as quatro etapas dos processos de automação bancária, de dispersão territorial das instituições financeiras do setor privado no Brasil e de desenvolvimento conglomerativo do conjunto das atividades bancárias, pode-se afirmar que a reestruturação inovativa e a reorganização dos GCFs de varejo representam iniciativas de adequação, adaptação e enxugamento do sistema bancário e financeiro aos diferentes ciclos e conjunturas das políticas econômicas adotadas no Brasil.

2. A Globalização Desconglomerativa do Sistema Financeiro Nacional -1994-1999

A dispersão territorial da automatização dos serviços financeiros, em meados dos anos 80, caracterizou-se pela ampliação da *escala* de atuação dos Bancos e pela modificação da estrutura e do parque instalado dos bancos e, além disso, revelou a inflação como ímpeto lógico de crescimento da AB, pois os ganhos obtidos por receita de *float* eram bastante significativos. Segundo o instituto McKinsey (2000:78) esta receita era em 1993, 46%, e passou a ser em 1995, 4%.

De 1987 a 1993, o número de bancos cresceu de 121 para 253, já o número de agências bancárias passou de 16.542 para 18.760. Boa parte deste crescimento, no final dos anos 80, deveu-se a ampliação da participação dos Bancos Múltiplos. Mas, de 1993 a 1998, o número de agências diminuiu de 18.760 para 16.060 (queda de 14,39%) e o número de postos de atendimento bancário reduziu de 10.125 para 7.211 no mesmo período (28,78%).

Esta fase, de 1987 a 1997, correspondeu a reestruturação do sistema financeiro através da redução dos conglomerados e ampliação da participação de grandes instituições financeiras do exterior, este assunto será mais bem aprofundado no item 3 deste artigo.

A execução das ações políticas foi coordenada pelo Banco Mundial, pelo BC e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O objetivo era incentivar o processo seletivo de reorganização nacional e fechamento de importantes GCFs de varejo (Banco Nacional, Banco Econômico, Banorte, Bamerindus, Excel), entre os anos de 1994 e 1998.

Segundo o BC, de 1993 a 1998, o número de bancos múltiplos e comerciais nacionais passou de 244 para 208, representando uma redução de 14,7% deste segmento (Cf. Quadro 1 – <http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/r199812/Anex4.htm>).

Quadro 1

	Bancos Múltiplos/Comerciais					
	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Grande Porte	27	29	29	27	28	22
Médio Porte	59	64	58	54	52	49
Pequeno Porte	50	51	55	55	51	49
Micro Porte	81	78	78	76	68	69
Sem Carteira Comercial	25	22	24	18	17	17
Caixa Econômica	2	2	2	2	2	2
T O T A L	244	246	246	232	218	208

FONTE: CADINF- DEORF/COPEC



As consequências deste processo traduziram-se na redução da escala de atuação dos bancos e no crescimento de municipalidades desatendidas de serviços bancários, resultante do fechamento de agências e das atividades bancárias. Segundo o BC, o fechamento do Banco do Estado de Roraima deixou 12 municípios desatendidos de um total de 15 existentes no Estado.

O número total de municípios atendidos no Brasil por agências bancárias de 1994 a 1998, passou de 18.760 para 16.060, uma queda expressiva no atendimento e nos serviços nas municipalidades brasileiras (<http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/r199812/Anex11.htm>).

O discurso da privatização defendido pelo Instituto McKinsey, afirma que é preciso ampliar o processo de competitividade do setor financeiro estatal, os bancos públicos custam duas vezes mais que os privados (8 bilhões de dólares) e são pouco produtivos, esta baixa produtividade faz o país perder 2% do PIB (MCKINSEY, 1999:69). Este discurso da “eficiência” não faz nenhuma observação sobre as mudanças na função social dos bancos públicos, nem menciona as transformações e a queda no atendimento de serviços públicos pouco lucrativos, executado por agências públicas nas municipalidades carentes e rurais.

A dispersão das atividades de automação e as mudanças organizacionais na gestão do trabalho, que instituíram o controle de qualidade e a flexibilização do mesmo trabalho, não geraram um incremento proporcional nas taxas de emprego, mas desencadearam um processo de *destruição criativa*, representado pela desqualificação e a obsolescência gradual de antigas funções bancárias (as operações de lançamento, balancetes, digitação, conferência e consulta, destruição de sistemas de apoio à decisão e de compensação de cheques). De dezembro de 1989 a dezembro de 1995, foram destruídos 247.463 postos de trabalho.

No início da década de 90, o crescimento da AB pode ser constatado na expansão dos serviços oferecidos pelo *Remote Banking*, através do número de caixas eletrônicas (Automatic Teller Machines - ATMs), que em 1990 era 1.000 e, em 1991, passou para 1.600, já o número de cartões magnéticos passou de 7 milhões, em 1986, para 40 milhões, em 1993 (DELUIZ, 1995: 148).

Entretanto, a adoção de um conjunto de medidas recessivas pelo governo, como a liberalização das importações, a privatização de empresas públicas, a redução de carga fiscal sobre produtos importados, atuaram sobre a capacidade tecnológica dos setores de AB; que se viram sob um novo regime de pressão competitiva, no qual se incluía a participação da concorrência de novos atores globais, na disputa pelo mercado de AB. Estes componentes agravaram ainda mais a incerteza gerada nos agentes produtores deste sistema.

Segundo o DIEESE (1994:21-23), a resposta dos GCFs de varejo nacionais a este contexto foi a adoção de severas mudanças organizacionais: acelerando a automação das atividades administrativas; implantando formas de organização flexível do trabalho ampliando a rotatividade com aumento do tempo médio do trabalho; constituindo novas parcerias, em condição vantajosa, com empresas estrangeiras de forte tradição tecnológica no setor de AB e de informática.

As mudanças na hegemonia ou posição do *ranking* das empresas de AB foram provenientes: do acirramento da concorrência com produtores globais de AB, do conjunto das estratégias de *joint venture*, das empresas nacionais com as empresas de capital estrangeiro e do processo de reestruturação organizacional.

A hegemonia mantida pelas quatro empresas (Itautec, SID/Digilab, Procomp e Digirede) no mercado de concentradores e terminais bancários configura a tese de



consolidação de uma estrutura típica de oligopólio confinado. Isso porque essas empresas juntas controlavam mais de 80% desta fatia do mercado de AB.

Os investimentos em inovação organizacional, o avanço e o crescimento do mercado de AB foram impelindo, seletivamente, uma nova configuração setorial e territorial de capacitação tecnológica para as empresas privadas de computadores de modo geral e, não somente, às vinculadas aos GCFs de varejo nacionais.

Para estas empresas e para as empresas privadas independentes, que investiram em inovações no setor de AB, a opção pela desintegração vertical e ampliação do *escopo* de produtos passou a refletir uma nova estratégia competitiva flexível, nos segmentos de microcomputadores e de automação comercial.

Alguns bancos de varejo começaram, em meados dos anos 80, a disputar o mercado de automação comercial existente no território, instalando terminais de acesso remoto com leitoras de código de barra em vários locais de compra: supermercados, restaurantes, shopping centers, lojas, farmácias, vídeo-locadoras.

O uso do sistema de código de barras nos cheques e nos cartões magnéticos, também, eliminou inúmeras antigas funções bancárias, gerando o desemprego estrutural. As informações e decisões passaram a ser tratadas instantaneamente em tempo real, via on line, em várias redes locais integradas por servidores e microcomputadores, telefones, faxes/modems, ATMs, TTFs, interligados por satélites, o uso de grandes *mainframes* e CPDs foi profundamente reduzido.

A partir da segunda metade dos anos 90, os bancos passaram a serem os maiores usuários de micros, servidores de rede e de tecnologia de informação do país (INFORMÁTICA EXAME, maio.1996:52-60).

Os avanços e inovações conquistadas na automatização dos serviços financeiros no Brasil, durante o período considerado como a década perdida, foram maiores que os alcançados nos EUA e em muitos países europeus (CASSIOLATO,1992:74; FREEMAN,1993:629), e refletem, em parte, as conseqüências dos processos de concentração, segmentação e oligopolização confinado do setor de informática no território, apoiados pelo Estado.

A presença de grandes centros de pesquisa e desenvolvimento, a elevada concentração de usuários de grandes *mainframes* e o desenvolvimento da Política Nacional de Informática, reservando os segmentos de mini e microcomputação, permitiram a estruturação de inúmeras indústrias de computadores vinculadas aos GCFs de varejo nacionais, em sua maioria estabelecidos nas duas municipalidades mais importantes do Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo), o que tornou-se uma característica lógica dos primeiros “estágios” de sua territorialização industrial. Este fato se deveu a elevada participação econômica e transacional dessas duas cidades e suas periferias, e pela forte presença regulamentativa do Estado. Em 1998, estas duas grandes cidades concentravam a maioria das sedes das instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN), São Paulo (51,02%) e o Rio de Janeiro (20,19%).

Diante do novo cenário de continuidade das políticas desregulamentativas com a implantação do Plano Real, os agentes produtores vinculados aos GCFs de varejo, foram impelidos pela concorrência global de produtos de AB:

- a acirrar as disputas pelo mercado de AB, através de reestruturação inovativa;
- a constituir estratégias de *joint venture* com empresas de capital externo;



- a adotar procedimentos de reestruturação organizacional, através do aumento nas exigências de escolaridade e qualificação do trabalho;
- a realizar medidas de terceirização e de redução do emprego. O conjunto dessas medidas é quase semelhante a adotada pelos GCFs de atacado ou de investimento: redução seletiva do número de agências no território, estrutura operacional mais enxuta e flexível, número menor de funcionários.
- a acelerar os ritmos de desenvolvimento de novos produtos e serviços, os papéis para o preenchimento de guias bancárias desapareceram em alguns bancos.

A nova fronteira tecnológica do processo de desenvolvimento da AB é a internet, com um número de usuários que deve saltar de 3 milhões para 4 milhões e 11 milhões de computadores (Cf <http://www.cg.org.br>). Os bancos começam a investir pesado para oferecer serviços seguros pela internet, mais de 44 bancos já possuem domínios na internet. Alguns bancos investem em novas tecnologias portáteis em *palmtops* e *handbanking* em computadores portáteis para dominar o setor de *homebanking* e *internetbanking* no próximo milênio (Cf. Quadro 2).

Quadro 2:
Bancos que oferecem serviços pela internet

Bancos	Links
ABN Amro Bank	http://www.abnamro.com.br/
Bco. de Desenv. do Est. de Sta. Catarina	http://www.badesc.gov.br/
Banco 1	http://www.banco1.com.br/
Banco América do Sul S/A	http://www.bas.com.br/
Banco Araucária S.A.	http://www.bancoaraucaria.com.br/
Banco BNL do Brasil	http://www.bnl.com.br/
Banco Boavista	http://www.boavista.com.br/
Banco Bozano Simonsen	http://www.bozano.com.br/
Banco Bradesco S/A	http://www.bradesco.com/
Banco CCF Brasil S/A	http://www.ccfbrasil.com.br/
Banco Cidade S/A	http://www.bancocidade.com.br/
Banco Credibel	http://www.credibel.com.br/
Banco de Boston	http://www.bankboston.com.br/
Banco de Crédito Nacional - BCN S/A	http://www.bcn.com.br/
Banco do Brasil	http://www.bancobrasil.com.br/
Banco do Estado de Sergipe S/A	http://www.infonet.com.br/banese/
Banco do Estado do Ceará	http://www.bec.com.br/
Banco do Nordeste do Brasil S/A	http://www.bnb.gov.br/
Banco Excel Econômico	http://www.exceleconomico.com.br/
Banco GraphusM	http://www.graphus.com.br/
Banco HSBC Bamerindus	http://www.bamerindus.com.br/
Banco Icatu	http://www.icatu.com/
Banco Itaú S/A	http://www.ita.com.br/ing/index.htm
Banco Mercantil de São Paulo - Finasa	http://www.finasa.com.br/
Banco Meridional do Brasil S/A	http://www.meridional.com.br/
Banco Pontual	http://www.pontual.com.br/



Banco Real	http://www.real.com.br/
Banco Rural	http://www.homeshopping.com.br/
Banco Safra S/A	http://www.safra.com.br/
Banco SRL	http://www.srl.com.br/
Banco Sudameris Brasil	http://www.sudameris.com.br/
Banco Votorantim S/A	http://www.votorantim.com.br/
BANEB-Banco do Estado da Bahia	http://www.baneb.com.br/
BANESPA -Banco do Estado de São Paulo	http://www.banespa.com.br/
BANESTADO	http://www.banestado.com.br/
BANRISUL	http://www.banrisul.com.br/
BESC-Banco do Est. de Sta. Catarina	http://www.besc.com.br/
BNDES	http://www.bndes.gov.br/
BRDE-Bco. Regional de Desenv. do Extremo Sul	http://web.matrix.com.br/brde/
Caixa Econômica do Est. Rio Grande do Sul	http://www.caixars.com.br/
CEF-Caixa Econômica Federal	http://www.caixa.gov.br/
Credibanco	http://www.credibanco.com.br/
Paraná Banco S/A	http://www.paranabanco.com.br/
Unibanco	http://www.unibanco.com.br/

3. Liquidações Extrajudiciais, Privatizações e Crescimento da Participação dos Bancos Estrangeiros

As políticas desregulamentativas e destrutivas desenvolvidas no Plano Real aumentaram a incerteza gerada nos agentes produtores e agravaram ainda mais o cenário recessivo do setor bancário, acelerando e forçando o processo de reestruturação inovativa dos bancos.

As políticas de estabilização no Plano Real e a “inserção competitiva” deste setor na economia global provocaram um número expressivo de liquidação extrajudicial de importantes instituições financeiras de varejo e o crescimento do desemprego no setor. Segundo o BC de 1993 a 1998, 252 empresas do SFN foram extintas, significando redução de 23,66% em relação a 1993.

Entre 1994 e 1998, sob influência do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional - PROER, ocorreram 62 alterações de controle acionário, 33 fusões e 44 liquidações extrajudiciais, totalizando mais de 104 bancos ou seja 37% (Cf <http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/r199812/Anexo3.htm>) do total de todas as instituições financeiras passaram pelo processo de ajuste do SFN (Cf. Quadro 3) (Conjuntura Econômica, Jun1999:06).



Quadro 3
INSTITUIÇÕES QUE SOFRERAM AJUSTES NO PLANO REAL

	INSTITUIÇÃO AJUSTADA	ANO DA OCORRÊNCIA	OCORRÊNCIA
1	BCO ADOLPHO OLIVEIRA & ASSOCIADOS S.A.	94	LIQUIDAÇÃO
2	BCO ATLANTIS S.A.	94	LIQUIDAÇÃO
3	BCO BANCORP S.A.	94	LIQUIDAÇÃO
4	BCO GARAVELLO S.A.	94	LIQUIDAÇÃO
5	BCO HERCULES S.A.	94	LIQUIDAÇÃO
6	BCO SELLER S.A.	94	LIQUIDAÇÃO
7	BRASBANCO S.A. BANCO COMERCIAL S.A.	94	LIQUIDAÇÃO
8	BCO AGRIMISA S.A.	95	LIQUIDAÇÃO
9	BCO COMERCIAL BANCESA S.A.	95	LIQUIDAÇÃO
10	BCO DIGIBANCO S.A.	95	TRANSFER. DE CONTROLE
11	BCO GNPP S.A.	95	LIQUIDAÇÃO
12	BCO HOLANDES UNIDO S.A.	95	INCORPORAÇÃO
13	BCO INTERPACIFICO S.A.	95	INCORPORAÇÃO
14	BCO INVESTCORP S.A.	95	LIQUIDAÇÃO
15	BCO INVESTOR S.A.	95	TRANSFORM. EM BI
16	BCO OPEN S.A.	95	LIQUIDAÇÃO
17	BCO ROSA S.A.	95	LIQUIDAÇÃO
18	BCO SÃO JORGE S.A.	95	LIQUIDAÇÃO
19	BFC BANCO S.A.	95	LIQUIDAÇÃO
20	BIG-B. IRMÃOS GUIMARÃES S.A.	95	LIQUIDAÇÃO
21	BCO BANORTE S.A.	96	TRANSFER. DE CONTROLE
22	BCO COMERCIAL DE SÃO PAULO S.A.	96	LIQUIDAÇÃO
23	BCO CREDIPLAN S.A.	96	INCORPORAÇÃO
24	BCO DE FINANCAM.INTERNACIONAL-BFI S.A.	96	LIQUIDAÇÃO
25	BCO DE TOKYO S.A.	96	INCORPORAÇÃO
26	BCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.	96	LIQUIDAÇÃO
27	BCO DRACMA S.A.	96	LIQUIDAÇÃO
28	BCO ECONÔMICO S.A.	96	TRANSFER. DE CONTROLE
29	BCO FRANCÊS E BRASILEIRO S.A.	96	TRANSFER. DE CONTROLE
30	BCO GRANDE RIO S.A.	96	TRANSFER. DE CONTROLE
31	BCO INTERUNION S.A.	96	LIQUIDAÇÃO
32	BCO MARTINELLI S.A.	96	TRANSFER. DE CONTROLE
33	BCO MERCANTIL S.A.	96	TRANSFER. DE CONTROLE
34	BCO MISASI S.A.	96	TRANSFORM. EM BI
35	BCO NACIONALS.A.	96	TRANSFER. DE CONTROLE
36	BCO OK S.A.	96	TRANSFORM. EM BI
37	BCO PERFORMANCE S.A.	96	TRANSFORM. EM BI
38	BCO PRIME S.A.	96	TRANSFORM. EM BI
39	BCO TOTAL S.A.	96	TRANSFORM. EM DTVM
40	BCO UNITED S.A.	96	INCORPORAÇÃO



41	BCO UNIVERSAL S.A.	96	LIQUIDAÇÃO
42	BCO VARIG S.A.	96	TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
43	BCO ABC BRASIL S.A.	97	TRANSFER. DE CONTROLE
44	BCO BAMERINDUS DO BRASIL S.A.	97	TRANSFER. DE CONTROLE
45	BCO BANERJ S.A.	97	TRANSFER. DE CONTROLE
46	BCO BANFORT-BCO DE FORTALEZA S.A.	97	LIQUIDAÇÃO
47	BCO BOAVISTA S.A.	97	TRANSFER. DE CONTROLE
48	BCO BRASEG S.A.	97	TRANSFORM. EM DTVM
49	BCO CINDAM S.A.	97	INCORPORAÇÃO
50	BCO COMERCIAL PARAGUAYO S.A.	97	LIQUIDAÇÃO
51	BCO CRITERIUM S.A.	97	TRANSFORM. EM DTVM
52	BCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS S.A.	97	TRANSFER. DE CONTROLE
53	BCO DIMENSÃO S.A.	97	TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
54	BCO DO ESTADO DE ALAGOAS S.A.	97	LIQUIDAÇÃO
55	BCO DO ESTADO DO AMAPÁ S.A.	97	LIQUIDAÇÃO
56	BCO DO PROGRESSO S.A.	97	LIQUIDAÇÃO
57	BCO EMPRESARIAIS.A.	97	LIQUIDAÇÃO
58	BCO FINI NVEST S.A.	97	TRANSFER. DE CONTROLE
59	BCO GERAL DO COMÉRCIO S.A.	97	TRANSFER. DE CONTROLE
60	BCO GULFINVEST S.A.	97	TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
61	BCO INTERFINANCE S.A.	97	LIQUIDAÇÃO
62	BCO ITAMARATI S.A.	97	TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
63	BCO MERIDIONAL DO BRASIL. S.A.	97	TRANSFER. DE CONTROLE
64	BCO NORCHEM S.A.	97	TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
65	BCO PORTO SEGURO S.A.	97	LIQUIDAÇÃO
66	BCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO S.A.	97	TRANSFER. DE CONTROLE
67	BCO ROYAL S.A.	97	TRANSFORM. EM BI
68	BCO SHECK S.A.	97	LIQUIDAÇÃO
69	BCO SRL S.A.	97	TRANSFER. DE CONTROLE
70	BCO VEGA S.A.	97	LIQUIDAÇÃO
71	BCO VETOR S.A.	97	LIQUIDAÇÃO
72	BCO AMÉRICA DO SUL S.A.	98	TRANSFER. DE CONTROLE
73	BCO APLICAP S.A.	98	LIQUIDAÇÃO
74	BCO BANCRED S.A.	98	TRANSFORM. EM AM
75	BCO BANDEIRANTES S.A.	98	TRANSFER. DE CONTROLE
76	BCO BBM COMERCIAL, CI,CFI S.A.	98	INCORPORAÇÃO
77	BCO BMD S.A.	98	LIQUIDAÇÃO
78	BCO BRASCAN S.A.	98	TRANSFER. DE CONTROLE
79	BCO BRASILEIRO COMERCIAL S.A.	98	LIQUIDAÇÃO



80	BCO BRASILEIRO IRAQUIANO S.A.	98	LIQUIDAÇÃO
81	BCO CAMBIAL S.A.	98	TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
82	BCO CRÉDITO METROPOLITANO S.A.	98	TRANSFORM. EM CFI
83	BCO DE CRÉDITO NACIONAL S.A.	98	TRANSFER. DE CONTROLE
84	BCO DIBENS S.A.	98	TRANSFER. DE CONTROLE
85	BCO DO EST. DE MATO GROSSO S.A.	98	LIQUIDAÇÃO
86	BCO DO EST. DE RONDÔNIA S.A.	98	LIQUIDAÇÃO
87	BCO DO ESTADO DE MINAS GERAIS S.A.	98	TRANSFER. DE CONTROLE
88	BCO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A.	98	TRANSFER. DE CONTROLE
89	BCO EXCEL-ECONÔMICO S.A.	98	TRANSFER. DE CONTROLE
90	BCO FITAL S.A.	98	TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
91	BCO GARANTIA S.A.	98	TRANSFER. DE CONTROLE
92	BCO GRAPHUS S.A.	98	TRANSFER. DE CONTROLE
93	BCO INTERATLÂNTICO S.A.	98	TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
94	BCO IOCHPE S.A.	98	TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
95	BCO ITABANCO S.A.	96	TRANSFER. DE CONTROLE
96	BCO LIBERAL S.A.	98	TRANSFER. DE CONTROLE
97	BCO MARTINELLI S.A.	98	LIQUIDAÇÃO
98	BCO MULTIPLIC S.A.	98	TRANSFORM.EM NÃO-FINANC
99	BCO NOROESTE S.A.	98	TRANSFER. DE CONTROLE
100	BCO ÔMEGA S.A.	98	TRANSFER. DE CONTROLE
101	BCO PONTUAL S.A.	98	LIQUIDAÇÃO
102	BCO SISTEMA S.A.	98	TRANSFER. DE CONTROLE
103	BCR BCO DE CRÉDITO REAL S.A.	98	TRANSFER. DE CONTROLE
104	MILBANCO S.A.	98	LIQUIDAÇÃO

Fonte: CADINF - DEORF/COPEC

A grande maioria das instituições financeiras que sofreram transferência de controle administrativo eram importantes bancos de varejo nacionais como, por exemplo:

- Banco Nacional S.A, a sexta maior instituição financeira nacional, comprado com recursos do PROER pela União de Banco Brasileiros S.A (UNIBANCO), em 18/11/96;
- Banco Econômico S.A, a sétima maior instituição financeira nacional, teve transferido o seu controle jurídico para o Banco Excel S.A, em 30/04/96. Este último banco foi comprado recentemente pelo Banco Bilbao Vizcaya Brasil;
- Banco Banorte S.A, a décima segunda maior instituição financeira nacional, comprado com recursos do PROER pelo Banco Bandeirantes S.A, em 17/06/96;
- Banco Mercantil S.A, comprado com recursos do PROER pelo Banco Rural S.A, em 31/05/95.
- Bamerindus S.A, o terceiro maior GCF do Brasil, comprado com recursos do PROER pelo Grupo HSBC, em 02/04/97;



- Boavista S.A, o oitavo maior GCF do Brasil, vendido com recursos do PROER pelo Banco Inter-Atlântico em 1997.
- Banco Real, oitavo maior GCF em 1999, adquirido pelo Banco ABN-AMRO Bank.

Em 1997, o setor bancário foi responsável por 15% do total arrecadado pelo governo nas privatizações comandadas pelo BNDES. A rentabilidade obtida pelo processo de privatização levou o governo a lançar no mercado fundos e certificados de privatização.

A continuação deste processo acelerado de privatização e de transferência de controle jurídico representou o quase desmonte do processo de conglomeração confinada do setor financeiro nacional. Com transferência destes importantes GCF para as mãos do capital financeiro internacional, pela primeira vez na história do Brasil, neste século, a conta capital do país tende a ficar sob o controle externo.

4. Resultados Negativos e Quedas no Balanço do PROER em 1999

As políticas de reestruturação do sistema financeiro nacional, entre 1994 e 1998, sob a égide do PROER, estimularam a participação dos bancos estrangeiros, de 1994 a 1997, a participação de instituições financeiras internacionais cresceu, o número de bancos e múltiplos estrangeiros passou de 33 para 77 (ANDREZO, 1999: 273). Segundo o BC, entre 1988 e 1998, o conjunto de instituições financeiras estrangeiras com controle estrangeiro aumentou de 87 para 155

O processo de privatização ampliou a escala de atuação no território dos bancos estrangeiros e, entre 1988 e 1998, o número de agências desses bancos cresceu de 247 para 2395 (Cf. Quadro 4 – <http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/r199812/Anex16.htm>).

Quadro 4

Quantidade de Agências de Bancos com Controle estrangeiro			
	Bancos Estrangeiros	Total do Sistema	% de Participação
1988	247	16228	1.52
1993	384	17972	2.14
1994	378	18760	2.01
1995	360	17798	2.02
1996	403	16686	2.42
1997	1601	16383	9.83
1998	2395	16060	14.91

FONTE: CADINF- DEORF/COPEC

Este crescimento significativo, verificado no número de agências de bancos estrangeiros, foi resultante da privatização e da transferência do controle jurídico de mais de 10 bancos estatais e de vários GCFs. As conseqüências deste processo verificam-se no aumento do remessa de lucro para o exterior, na vulnerabilidade do capital financeiro interno frente a competitividade destrutiva do capital externo pelo mercado financeiro interno, no crescimento do desemprego e de municipalidades desatendidas de serviços bancários, resultante do fechamento de agências e das atividades bancárias, pois a estratégia básica de crescimento desses bancos é de escopo e não de escala. Segundo o BC:



“Dentre estes bancos, o HSBC Bamerindus é o que detém a maior rede de agências (993). Logo após vem o grupo América do Sul-Sudameris (242), grupo Meridional-Bozano, Simonsen (226), Banco Bilbao Vizcaya Brasil (224), grupo Santander Noroeste-Santander Brasil-Santander de Negócios (194), Banco Bandeirantes (185), e grupo ABN AMRO-Bandepe (83).”

A privatização do Banco do Estado de Pernambuco – Bandepe pelo adquirente ABN-AMRO, representou uma quase restauração do domínio holandês sobre as praças bancárias pernambucanas, mas quem desejar efetuar uma transferência eletrônica via doc, no caixa, em dinheiro para o Banerj, ou qualquer Banco estatal que não tenha mais sede em Pernambuco, será informado pelo novo representante jurídico do Bandepe, o ABN-AMRO, que esta operação já não é mais “possível” de ser realizada.

Entre os bancos estrangeiros que obtiveram expressiva rentabilidade no patrimônio líquido, no ano de 1999, merecem ser destacados segundo Ranking FGV os seguintes bancos: o Chase Manhattan, trigésimo quarto maior banco, com 41,95% de rentabilidade; o BankBoston, vigésimo segundo maior banco, com 21,96% de rentabilidade; o Citibank, quadragésimo terceiro maior banco, com 20,06% de rentabilidade e o Hong Kong and Shanghai Bank, sétimo maior banco, com 11,69% de rentabilidade.

Algumas dessas instituições financeiras – as quais estão associadas a uma série de fundos – alcançaram resultados financeiros espantosos da ordem de 10, 20, 60 ou 70% de seu patrimônio líquido (EDUARDO SUPLICY, 1999). Um caso ilustrativo é do Banco J. P. Morgan e do Morgan Guaranty Trust, que obteve uma rentabilidade em janeiro que extrapolou o patrimônio do final de dezembro em 295% e 172,4% respectivamente. Tal lucro excepcional dos bancos teve origem: a) na desvalorização do real; b) na compra dos títulos cambiais emitidos pelo governo; c) na compra de dólares no mercado futuro e de subsidiárias no exterior.

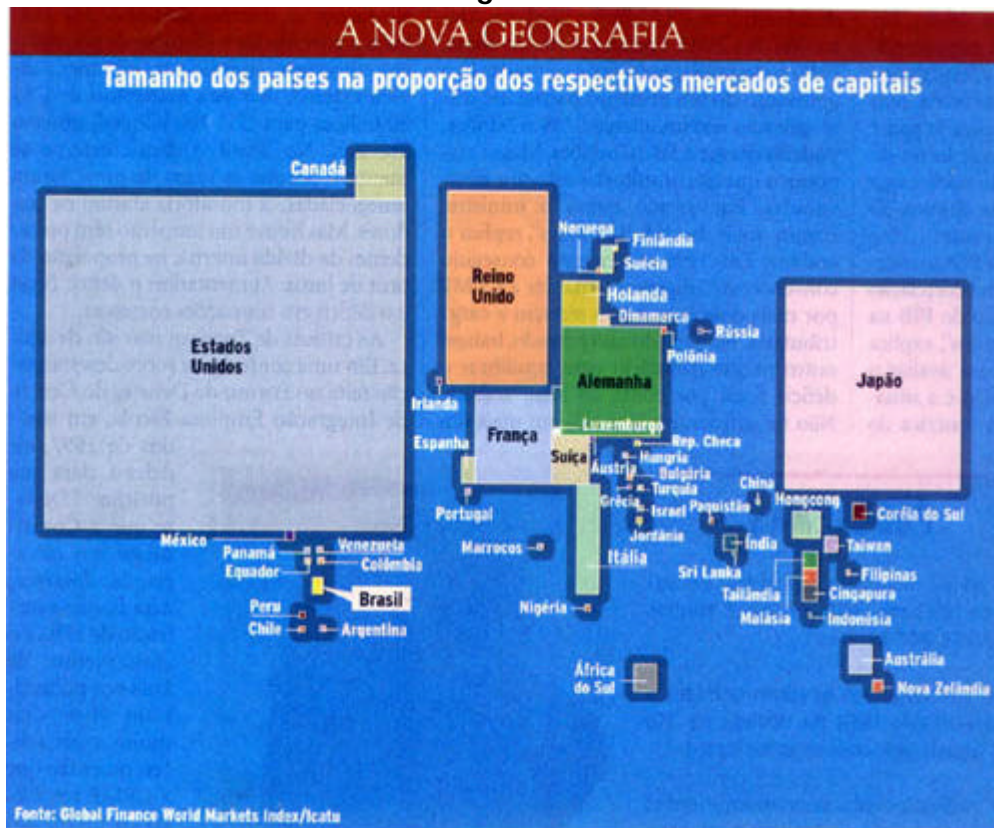
No período de três semanas (entre 12 de janeiro e 2 de fevereiro), um grupo de 24 instituições financeiras, predominantemente estrangeiras ou com participação de capital externo, lucraram R\$ 10,1 bilhões com a desvalorização de 39,05% do real, em operações no mercado futuro de dólar na BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros). Os fluxos financeiros de entrada e saída de capitais do Brasil, atestam distorções e a vulnerabilidade do SFN, diante da circulação especulativa internacional.

Mesmo com toda essa expressiva lucratividade do setor bancário internacional, o BC, o principal representante financeiro do setor público, apresentou em março de 2000, um prejuízo financeiro superior a 13,04 bilhões de dólares, no balanço de 1999. As explicações para o déficit nas contas correntes foram atribuídas às operações de socorro realizadas através do PROER às instituições liquidadas (Bancos: Nacional, Econômico, Marka, Fontesidam, etc.) e às intervenções para regular a desvalorização cambial do real no mercado (7,65 bilhões de dólares). Mas há quem justifique que o custo estimado das operações do PROER, algo próximo a 2,8% do PIB ou cerca de R\$ 29,9 bilhões, revelado pelas demonstrações financeiras de 1999 do Banco Central, pode ser considerado o menor de toda América Latina (Cf. ANDREZO, 1999:277), e que o preço pago para a reestruturação do sistema financeiro foi baixo, pois a crise bancária chilena dos anos 80 custou 33% do PIB, e que, no anos 90, Espanha e México arcaram com custos da ordem de 15% do PIB e a Suécia, com 4,3% (JB,08/04/2000:16).

5. Fluxos Financeiros na Era do Real

A Revista Carta Capital de 10 de junho de 1998, baseada no Global Finance World Markets Index/Icatu, publicou uma imagem gráfica idealizando, comparativamente, o tamanho proporcional dos mercados de capitais dos países. A discrepância é extraordinária entre os mercados de capitais dos países ricos em relação aos países emergentes (Cf. Figura 1).

Figura 1



Em 1993 o Brasil conseguiu absorver 1,1% da oferta de crédito privado internacional, o equivalente a 10,9% dos recursos destinados aos países considerados emergentes. Em 1995 o mercado de operações derivadas de negócios feitos à vista (derivativos) era de US\$ 114,3 bilhões de dólares, quase um quarto do Produto Interno Bruto. Segundo a Folha de São Paulo:

“Este mercado de “derivativos” é estimado entre US\$ 12 trilhões e US\$ 15 trilhões, o que parece muito à primeira vista. Considerando o cacife financeiro de seus usuários, não impressiona tanto. Os fundos de pensão e os fundos mútuos americanos, por exemplo US\$ 8 trilhões (20 Brasis).... Apenas seguradoras e fundos de pensão da França, Alemanha, Japão e Inglaterra dispõem de mais de US\$ 5,7 trilhões (12 Brasis)”. (Cf. Folha de São Paulo, 19.05.1995:1-18).



A dimensão especulativa do mercado financeiro é um espectro que ameaça o sistema capitalista no período atual e pode desestabilizar qualquer economia com o jogo do movimento especulativo de seus agentes entre as nações. Segundo Ladislau Dowbor:

“A circulação financeira internacional ultrapassou, em 1995, um trilhão de dólares por dia, para uma base de trocas efetivas de bens da ordem de 20 a 25 bilhões, o que significa uma circulação especulativa 40 vezes maior do que seria necessária para cobrir atividades econômicas reais.”

Segundo o BC, os ingressos de fluxos de investimentos externos diretos (IED) de 1995 a 1997 atingiram US\$ 27 bilhões em valores líquidos. A participação dos IED no processo de privatização cresceu 100%, entre 1996 e 1997, somando um afluxo de US\$ 5,2 bilhões, em 1997.

A brecha na lei, contida no documento normativo do BC -- Carta --Circular nº 5 de 1969 (CC5), que regulamenta as aberturas de conta e a movimentação de recurso em moeda nacional em nome de residentes e domiciliados no exterior, permitiu que algumas distorções nos fluxos financeiros de 1997 se tornassem mais flagrantes. Em 1998, a localização de dependências de instituições financeiras do Brasil em George Town, com 22,50% das agências e escritórios, era superior ao verificado na praça de Nova York, com 13,33% (Cf. Quadro 5 –<http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/r199812/Anex13.htm>).

Quadro 5
LOCALIZAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS NO EXTERIOR
(Autorizadas e em funcionamento)

Posição 31.12.98			
	C I D A D E S	AG./ESCRITÓRIOS	%
1	GEORGE TOWN	27	22,50
2	NOVA IORQUE	16	13,33
3	LONDRES	11	9,17
4	NASSAU	11	9,17
5	MIAMI	7	5,83
6	BUENOS AIRES	7	5,83
7	SANTIAGO	4	3,33
8	FRANKFURT	3	2,50
9	MADRI	3	2,50
10	TÓQUIO	3	2,50
	OUTRAS	28	23,33
	TOTAL	120	

Fonte: DEORF/DIORF

O afluxo de capitais proveniente das Ilhas Cayman, com 22,09% dos fluxos financeiros estrangeiros para o Brasil, está próximo ao dos Estados Unidos, com 28,62%. Estes dados despertam indagações e merecem uma investigação mais profunda já que o Brasil não possui nenhuma relação comercial ou produtiva com as Ilhas Cayman que justificasse um afluxo tão elevado de capitais estrangeiros quando comparado ao dos EUA (Cf. Quadro 6).



Quadro 6
Investimentos Diretos por Países

Em US\$ milhões

Discriminação	Estoque em 1995 (dez.)		1996 ¹		1997 ¹	
	Valor	Part. Perc.	Fluxo	Part. Perc.	Fluxo	Part. Perc.
Estados Unidos	10852,2	25,52	1975,4	25,77	4382,3	28,62
Alemanha	5828,0	13,70	212,0	2,77	195,9	1,28
Suíça	2815,3	6,62	108,8	1,42	81,2	0,53
Japão	2658,5	6,25	192,2	2,51	342,1	2,23
França	2031,5	4,78	970,0	12,65	1235,2	8,07
Canadá	1819,0	4,28	118,5	1,55	66,2	0,43
Reino Unido	1792,6	4,21	91,5	1,19	182,5	1,19
Ilhas Virgens (Britânicas)	1735,6	4,08	361,4	4,71	162,4	1,06
Países Baixos	1534,5	3,61	526,8	6,87	1487,9	9,72
Itália	1258,6	2,96	12,3	0,16	57,4	0,37
Ilhas Cayman	891,7	2,10	655,7	8,55	3382,9	22,09
Uruguai	874,1	2,06	81,2	1,06	56,1	0,37
Bermudas	853,1	2,01	33,8	0,44	241,1	1,57
Panamá	677,4	1,59	674,8	8,80	904,0	5,90
Suécia	567,2	1,33	126,0	1,64	268,6	1,75
Bélgica	558,2	1,31	111,5	1,45	135,6	0,89
Ilhas Bahamas	509,7	1,20	74,3	0,97	300,1	1,96
Luxemburgo	408,0	0,96	290,7	3,79	57,7	0,38
Argentina	393,6	0,93	30,1	0,39	186,9	1,22
Espanha	251,0	0,59	586,6	7,65	545,8	3,56
Portugal	106,6	0,25	202,7	2,64	681,0	4,45
Coréia do Sul	3,8	0,01	63,3	0,83	91,3	0,60
Demais	4109,7	9,66	165,8	2,16	266,9	1,74
Total	42530,0	100,0	7665,4	100,0	15311,1	100,0

Fonte: FIRCE

Considera os ingressos de investimentos acima de US\$ 10 milhões por empresa receptora/ano.

A participação global dos dados dessa amostra no montante total ingressado atingiu 73,6% e 81,6% em 1996 e 1997, respectivamente

Esta estreita ligação do mercado de capitais do Brasil com as Ilhas Cayman revela nitidamente a submissão do país com a circulação especulativa de capitais, visto que o Brasil não possui tão expressiva circulação de mercadorias com esta região, como se poderia erroneamente deduzir.

Para atrair os IED, manter o padrão atual de reservas monetárias e a política de estabilização, o governo brasileiro tem privilegiado, através de elevadas taxa de juros, mais o capital que atua sem lastro real com a produção do que o capital produtivo, ou seja, o governo brasileiro esta preferindo o fetichismo da opção de “inserção competitiva” do setor financeiro nacional neste cenário desigual de globalização financeira.

5. Bibliografia

- ANDREZO, A. F. & LIMA, I. S. *Mercado Financeiro: Aspectos Conceituais e históricos*, São Paulo, Pioneira/FIPECAFI/USP, 1999.
- BAER, M. *A Internacionalização Financeira do Brasil*, Rio de Janeiro, Ed.Vozes, 1986.
- CAMPELO, M & MORENO, R. Regulamentação, conglomeração, retorno e risco na indústria bancária brasileira: uma perspectiva de longo prazo. In *Revista Brasileira de Economia (RGE/FG)*, 50(2):205-226, 1996.
- CASSIOLATO, J. The user-producer connection in hi-tech: a case-study of banking automation in Brazil. In SCHMITZ, H. & CASSIOLATO, J. *Hi-tech for industrial development: Lessons from the Brazilian experience in electronics and automation*, Routledge, London, 1992.
- CONJUNTURA ECONÔMICA, Ranking FGV de Bancos - Mudanças notáveis, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas - Instituto Brasileiro de Economia, Vol 51 (06):22-30, Junho 1997.
- CONJUNTURA ECONÔMICA, Os Maiores Bancos, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas - Instituto Brasileiro de Economia, Vol 53 (06):06-08, Junho 1999.
- DELUIZ, N. *Formação do Trabalhador: Produtividade & Cidadania*, Rio de Janeiro, SHAPE Editôra Ltda, 1995.
- DEPIN *Série Estatísticas: Panorama do Setor de Informática*, Secretaria da Ciência e Tecnologia, 1(1):01-137, Setembro 1991.
- DIEESE (1994) Crescem a terceirização e a reestruturação produtiva no setor bancário. *Boletim do DIEESE*. Agosto, pp.41-44.
- INFORMÁTICA EXAME. O novo fôlego da automação bancária, pp.03-09, março de 1987.
- Os Campeões da Automação, pp.52-60, maio de 1996.
- FREEMAN, C. Technical Change and Future Trends in the World Economy. *Futures*, 25(6):621-635, 1993.
- FORTUNA, E. *Mercado Financeiro: Produtos e serviços*, Rio de Janeiro, Qualitymark, 1996.
- PIRES, H.F. *Reestruturação Industrial e Alta-tecnologia no Brasil: As indústrias de Informática em São Paulo*, São Paulo, USP, Tese de Doutorado, 1995.
- Reestruturação Inovativa e desregulamentativa do bancos no Brasil, Buenos Aires, 6º *Encuentro de Geógrafos de América Latina*, Artigo gravado no CD-Room do Encontro, 1997.
- Reestruturação Inovativa e Reorganização das Instituições Financeiras do Setor Privado do Brasil, In: *Revista Geouerj* 2, 1997, p.65-79.
- MCKINSEY, I. *Produtividade no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 1999.
- SUPLICY, E. CPI: Novas regras para o sistema financeiro. In: *Revista Política Hoje*, Número 3, 1999: <http://www.politicahoje.com.br/>